

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Tatiana Frazão Silva¹

RESUMO

O estudo analisa as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando sua importância para promover inclusão e equidade educacional. Essas políticas são essenciais para oferecer oportunidades educacionais a indivíduos que não concluíram a educação básica na idade apropriada, considerando as realidades socioeconômicas dos alunos, muitos dos quais enfrentam desafios significativos para retomar os estudos. Utilizando uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, o estudo baseia-se em autores renomados como Freire, Soares, Pinto e Araújo. Freire argumenta que as políticas públicas para EJA devem promover a emancipação e o desenvolvimento crítico dos alunos, capacitando-os para uma participação ativa na sociedade. No entanto, Soares destaca que a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, como a necessidade de formação contínua dos educadores e a adaptação curricular às necessidades específicas dos adultos. Pinto observa que, apesar dos esforços governamentais, ainda há uma alta taxa de evasão, atribuída a fatores socioeconômicos que dificultam a permanência dos alunos no programa. Araújo discute que os benefícios das políticas de EJA incluem a melhoria da autoestima dos alunos, aumento da empregabilidade e maior inclusão social. Entretanto, a eficácia dessas políticas depende de uma abordagem integrada, que considere as realidades e os desafios enfrentados por essa população. Conclui-se que, para superar os desafios e promover um ambiente de aprendizagem inclusivo, é essencial oferecer formação contínua para educadores, adaptar o currículo e fornecer suporte socioeconômico. Assim, o ambiente de aprendizagem se torna mais inclusivo e flexível, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias, atinjam seus objetivos educacionais. Portanto, gestores públicos e educadores devem trabalhar em conjunto para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptado às necessidades dos jovens e adultos, promovendo, assim, a inclusão e a equidade educacional.

Palavras-chave: Políticas públicas, Educação de Jovens e Adultos, Inclusão educacional

1. INTRODUÇÃO

¹Doutoranda em Educação (UNESA), Mestre em Humanidades, Culturas e Artes pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio), Pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FeadMinas, Graduada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, Graduada em Letras-Libras pela Universidade Estácio de Sá, Orientadora Pedagógica da rede pública de Pirai/RJ, Docente da Universidade Iguazu (UNIG). Email: tatiana.fraza21@gmail.com

A implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) é essencial para promover a inclusão e a equidade educacional. Essas políticas demandam planejamento estratégico e a mobilização de recursos, visando oferecer oportunidades educacionais para indivíduos que não concluíram a educação básica na idade apropriada. Essas iniciativas consideram as realidades socioeconômicas dos alunos, muitos dos quais enfrentam desafios significativos para retomar os estudos. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas para EJA no Brasil; e como objetivos específicos: descrever as principais iniciativas governamentais; identificar os benefícios proporcionados por essas políticas; e discutir os desafios enfrentados na sua implementação e efetividade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste estudo, foram empregadas metodologias de pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, com base em autores renomados como Freire (2011), Soares (2015), Pinto (2020) e Araújo (2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Freire (2011) argumenta que as políticas públicas para EJA devem promover a emancipação e o desenvolvimento crítico dos alunos, capacitando-os para uma participação ativa na sociedade. No entanto, Soares (2015) destaca que a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, como a necessidade de formação contínua dos educadores e a adaptação curricular às necessidades específicas dos adultos. Pinto (2020) observa que, apesar dos esforços governamentais, ainda há uma alta taxa de evasão, atribuída a fatores socioeconômicos que dificultam a permanência dos alunos no programa.

Araújo (2022) discute que os benefícios das políticas de EJA incluem a melhoria da autoestima dos alunos, aumento da empregabilidade e maior inclusão social. Entretanto, a eficácia dessas políticas depende de uma abordagem integrada, que considere as realidades e os desafios enfrentados por essa população. Portanto, é

importante que os gestores públicos e educadores trabalhem em conjunto para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptado às necessidades dos jovens e adultos.

4. CONCLUSÃO

Embora as políticas públicas para a educação de jovens e adultos enfrentem muitos desafios, elas são essenciais para promover inclusão e equidade educacional. As abordagens tradicionais devem ser complementadas por soluções inovadoras, adaptadas às necessidades e capacidades dos alunos. É importante oferecer formação contínua para educadores, adaptar o currículo e fornecer suporte socioeconômico. Assim, o ambiente de aprendizagem se torna mais inclusivo e flexível, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias, atinjam seus objetivos educacionais.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Editora Educação, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PINTO, Maria Lúcia. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020.

SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos: Políticas e Práticas. Brasília: MEC, 2015.